



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE INDAIATUBA

*Secretaria Municipal dos Negócios Jurídicos
Departamento de Técnica Legislativa*

PROJETO DE LEI Nº 16/20

Dispõe sobre denominação de logradouros públicos do loteamento denominado 'Jardins do Império'.

NILSON ALCIDES GASPAR, Prefeito do Município de Indaiatuba, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei,

FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:

Art. 1º - As atuais Ruas do loteamento denominado 'Jardins do Império', passam a denominar-se, respectivamente:

- I- Rua 10 (dez), Rua D. Manuel;
- II- Rua 11 (onze), Rua D. Sebastião I;
- III- Rua 12 (doze), Rua Luís José de Carvalho e Melo;
- IV- Rua 13 (treze), Rua Ladislau Netto;
- V- Rua 14 (quatorze), Rua Joaquim Nabuco;
- VI- Rua 15 (quinze), Rua Princesa Isabel;
- VII- Rua 16 (dezesseis), Rua Francisco do Monte Alverne;
- VIII- Rua 17 (dezessete), Rua: D. João;
- IX- Rua 18 (dezoito), Rua Gaspar de Lemos;
- X- Rua 19 (dezenove), Rua Bartolomeu Dias;
- XI- Rua 20 (vinte), Rua José Adauto Batista de Araújo;
- XII- Rua 21 (vinte e um), Rua José da Silva Lisboa;
- XIII- Rua 22 (vinte e dois), Rua Antonio Bento de Souza e

Castro.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Indaiatuba, 14 de maio de 2020, 190º de elevação à categoria de freguesia.


NILSON ALCIDES GASPAR
PREFEITO



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE INDAIATUBA

*Secretaria Municipal dos Negócios Jurídicos
Departamento de Técnica Legislativa*

MENSAGEM LEGISLATIVA Nº 16/2020

Indaiatuba, 14 de maio de 2020.

Exmo. Sr. Presidente,

Tenho a honra de encaminhar por intermédio de Vossa Excelência, a essa Egrégia Câmara Municipal, o incluso Projeto de Lei n.º 16/2020, a fim de que o mesmo seja submetido à apreciação desse Legislativo.

O projeto de lei em apreço, pretende denominar os logradouros do loteamento 'Jardins do Império', a saber:

I- **D. Manuel I:** "Manuel I (Alcochete, 31 de maio de 1469 – Lisboa, 13 de dezembro de 1521), apelidado de "o Afortunado", "O Venturoso" e "o Bem-Aventurado", foi o Rei de Portugal e Algarves de 1495 até à sua morte. Era o filho mais novo do infante Fernando, Duque de Viseu filho do rei Duarte I, e sua esposa a infanta Beatriz de Portugal, neta do rei João I. Manuel ascendeu ao trono após a morte de seu primo o rei João II, que não tinha herdeiros legítimos e o nomeou como seu sucessor. Na realidade, foi o único a subir ao trono sem ser parente em primeiro grau ou descendente do antecessor. Para a sua coroação beneficiou da morte de todos os seis pretendentes que sobre ele teriam prioridade, inclusive do filho do Rei. Prosseguiu as explorações portuguesas iniciadas pelos seus antecessores, o que levou à descoberta do caminho marítimo para a Índia, ao descobrimento do Brasil, e das ambicionadas "ilhas das especiarias", as Molucas, determinantes para a expansão do império português. Foi o primeiro rei a assumir o título de *Senhor do Comércio, da Conquista e da Navegação da Arábia, Pérsia e Índia*. Em 1521, promulgou uma revisão da legislação conhecida como Ordenações Manuelinas, que divulgou com ajuda da recente imprensa."

II- **D. Sebastião I :** "Sebastião (Lisboa, 20 de janeiro de 1554 – Alcácer-Quibir, 4 de agosto de 1578), apelidado de "o Desejado" e "o Adormecido", foi o Rei de Portugal e dos Algarves de 1557 até ao seu desaparecimento. Era filho de João Manuel, Príncipe de Portugal, e Joana da Áustria. Ele ascendeu ao trono muito jovem aos três anos após a morte de seu avô o rei João III, com uma regência sendo instaurada durante sua minoridade, liderada primeiro por sua avó a rainha Catarina da Áustria e depois por seu tio-avô o cardeal Henrique de Portugal. Sebastião assumiu o governo aos catorze anos de idade no ano de 1568, manifestando grande fervor religioso e militar. Solicitado a cessar as ameaças às costas portuguesas e motivado a reviver as glórias da chamada Reconquista, decidiu montar um esforço militar em Marrocos, planeando uma cruzada, após Mulei Mohammed ter solicitado a sua ajuda para recuperar o trono. A derrota na Batalha de Alcácer-Quibir em 1578 levou ao desaparecimento de Sebastião em combate e da nata da nobreza, iniciando a crise ao trono de 1580 que levou à perda da independência para a Espanha com a União Ibérica, e ao nascimento da lenda de que numa manhã de nevoeiro D. Sebastião voltaria à pátria."



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE INDAIATUBA

*Secretaria Municipal dos Negócios Jurídicos
Departamento de Técnica Legislativa*

III- Luís José de Carvalho e Melo: “Luís José de Carvalho e Melo, primeiro visconde com grandeza da Cachoeira (Bahia, 6 de maio de 1764 — Rio de Janeiro, 6 de julho de 1826), foi um político e magistrado brasileiro. Foi o 11º ministro do Superior Tribunal Militar e o terceiro Ministro das Relações Exteriores da história do Brasil independente, sendo signatário do Tratado do Rio de Janeiro de 1825, que reconheceu a Independência do Brasil e formalmente pôs fim à Guerra de Independência.

Filho de Eusébio João de Carvalho e Antônia Maria de Melo, casado com Ana Vidal Carneiro da Costa, e pai de Luís José de Carvalho e Melo Filho e Pedro Justiniano Carneiro de Carvalho e Melo, respectivamente segundo e terceiro viscondes de Cachoeira.

Formou-se em direito, na Universidade de Coimbra, foi magistrado no Rio de Janeiro, deputado à Constituinte de 1823. Também foi ministro no 3º gabinete do Império (1823 a 1825). Escreveu os estatutos que organizaram os cursos jurídicos do Brasil, na sua criação.

Foi escolhido senador na 1ª legislatura, em 1826, sem ter vindo a de fato exercer o cargo, tendo falecido logo após a escolha.

Luís José de Carvalho e Melo era dignitário da Imperial Ordem do Cruzeiro, comendador das Ordens de Cristo e da Conceição, além de ministro e secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros.”

IV- Ladislau Netto (Ladislau de Souza Mello Netto): “Ladislau Netto foi nomeado diretor-substituto do Museu Nacional, em 1870, sendo efetivado no cargo em 1876, pelo Imperador do Brasil, Dom Pedro II, que pretendia fazer daquele museu um grande centro de exposição e aprendizado científicos. O apoio imperial fez de Ladislau Netto o cientista mais influente do Brasil de sua época.

Foi casado com Laurentina Muniz Freire Netto ou Laurentina Netto, que foi uma das 4 mulheres a colaborar para a "Polyanthea comemorativa da inauguração das aulas para o sexo feminino do imperial lycêo de artes e officios" e também para o "Domocrotema Commemoratur do 26º aniversário do lyceo de artes e officios do Rio de Janeiro". D. Laurentina foi também membro do conselho superior do Museu Nacional Escolar, em 1885, conforme publicação na Gazeta de Notícias de 29/07/1885.

Em 1876, fundou a Revista do Museu - que ainda hoje é publicada - e contratou vários cientistas estrangeiros, incluindo Fritz Müller, Emílio Augusto Goeldi, Domingos Soares Ferreira Penna, Hermann von Ihering, Wilhelm Schwacke, Orville Derby, Gustave Rumbelsperger e outros.

Ladislau Netto foi um inimigo da escravidão, como pode-se notar no discurso efetuado por ocasião da entrega da legendária jangada libertadora dos mares do Ceará ao Museu Nacional ("Anais do Museu Histórico Nacional Volume I - 1940"

Em 1882, o Museu Nacional, sob sua direção, promoveu uma grande Exposição Antropológica, que teve repercussão internacional.

Com a queda da monarquia, em 1889, Ladislau Netto perdeu seu prestígio, aposentando-se em 1893.”

V- Joaquim Nabuco: “Joaquim Aurélio Barreto Nabuco de Araújo (Recife, 19 de agosto de 1849 – Washington, 17 de janeiro de 1910) foi um político, diplomata, historiador, jurista, orador e jornalista brasileiro formado pela Faculdade de Direito do Recife. Foi um dos fundadores da Academia Brasileira de



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE INDAIATUBA

*Secretaria Municipal dos Negócios Jurídicos
Departamento de Técnica Legislativa*

Letras. Na data de seu nascimento, 19 de agosto, comemora-se o Dia Nacional do Historiador.^[1]

Foi um dos grandes diplomatas do Império do Brasil (1822-1889), além de orador, poeta e memorialista. Além de *O Abolicionismo*, *Minha Formação* figura como uma importante obra de memórias, onde se percebe o paradoxo de quem foi educado por uma família escravocrata, mas optou pela luta em favor dos escravos. Nabuco diz sentir "saudade do escravo" pela generosidade deles, num contraponto ao egoísmo do senhor. "A escravidão permanecerá por muito tempo como a característica nacional do Brasil", sentenciou."

VI- Princesa Isabel: "Isabel Cristina Leopoldina Augusta Micaela Gabriela Rafaela Gonzaga de Bourbon-Duas Sicílias e Bragança (Rio de Janeiro, 29 de julho de 1846 – Eu, 14 de novembro de 1921), apelidada de "a Redentora", foi a segunda filha, a primeira menina, do imperador Pedro II do Brasil e sua esposa a imperatriz Teresa Cristina das Duas Sicílias. Como a herdeira presuntiva do Império do Brasil, ela recebeu o título de Princesa Imperial.

A morte de seus dois irmãos homens a fez a herdeira de Pedro. A própria personalidade de Isabel a distanciou da política e de quaisquer confrontos com seu pai, ficando satisfeita com uma vida calma e doméstica. Além disso, apesar da sua educação ter sido bem ampla, ela jamais foi preparada para assumir o trono. Isabel se casou em 1864 com o príncipe francês Gastão, Conde d'Eu, com quem teve uma filha e três filhos.

A princesa serviu três vezes como regente do império enquanto seu pai viajava pelo exterior. Isabel promoveu a abolição da escravidão durante sua terceira e última regência e acabou assinando a Lei Áurea em 1888. Apesar da ação ter se mostrado amplamente popular, houve forte oposição contra sua sucessão ao trono. O fato de ser mulher, seu forte catolicismo e casamento com um estrangeiro foram vistos como impedimentos contra ela, juntamente com a emancipação dos escravos, que gerou descontentamento entre ricos fazendeiros. A monarquia brasileira foi abolida em 1889 e ela e sua família foram exilados por um golpe militar. Isabel passou seus últimos trinta anos de vida vivendo calmamente na França."

VII- Francisco do Monte Alverne: "Frei Francisco do Monte Alverne, OFM nascido Francisco José de Carvalho (Rio de Janeiro, 9 de agosto de 1784 — Niterói, 2 de dezembro de 1858), foi um frade franciscano e teólogo brasileiro, reconhecido orador e pregador oficial do Império do Brasil, ocupou vários cargos honoríficos, tendo sempre gozado de prestígio junto ao clero e à corte imperial.

Filho de João Antônio da Silva e de Ana Francisca da Conceição, Francisco José de Carvalho apresentou-se em 1800 ao Convento de Santo Antônio, no Rio de Janeiro. Seu documento oficial de ingresso foi expedido pelo ministro provincial do período, Frei Antônio de São Bernardo, em 27 de julho de 1801, com o auxílio do Frei Vitorino de São José. Em 1802, quando chegou ao Convento de São Francisco de Assis, Monte Alverne estudou filosofia e teologia durante quatro anos, junto a uma turma de 11 brasileiros e 11 portugueses, graças à instituição pela qual o mesmo número de brasileiros e portugueses deveriam ter acesso aos estudos religiosos no Brasil. Tornou-se presbítero pela Ordem dos Franciscanos em 1808. O cognome "Monte Alverne", escolhido pela ordem, remete a um período de reflexão. O Monte Alverne, na região central da Itália, foi o local para onde Francisco de Assis dirigiu-se a fim de



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE INDAIATUBA

*Secretaria Municipal dos Negócios Jurídicos
Departamento de Técnica Legislativa*

refletir sua religiosidade e de onde retornou com a perspectiva da renúncia aos prazeres mundanos e da solidariedade em relação ao próximo.

No Convento de São Francisco, em São Paulo, Frei Francisco do Monte Alverne tornou-se pregador itinerante e lente de filosofia. Mudou-se em seguida para o Rio de Janeiro, onde alcançou o posto de Pregador Real em 1816. Lecionou retórica e outras disciplinas no Colégio São José, na capital do Império. Em 1836, tomado pela cegueira, recolheu-se na casa de amigos em Niterói, onde veio a falecer em 1858. Foi sepultado no Convento de Santo Antônio.

Como pregador da Real Capela, proferiu a oração fúnebre da Imperatriz Leopoldina em 1827. Frei Francisco foi ainda considerado por Gonçalves de Magalhães como um dos precursores das ideias românticas no Brasil.”

VIII- D. João VI: “João VI (nome completo: João Maria José Francisco Xavier de Paula Luís António Domingos Rafael de Bragança; Lisboa, 13 de maio de 1767 — Lisboa, 10 de março de 1826), cognominado O Clemente, foi rei do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves de 1816 a 1822 (quando da independência do Brasil - que redundou na extinção do Reino Unido até então existente). De 1822 em diante foi rei de Portugal e Algarves até à sua morte, em 1826. Pelo Tratado do Rio de Janeiro de 1825, que reconhecia a independência do Brasil do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves, também foi o imperador titular do Brasil, embora tenha sido o seu filho D. Pedro o imperador do Brasil de facto.

Um dos últimos representantes do absolutismo, D. João VI viveu num período tumultuado, e o seu reinado nunca conheceu paz duradoura. Ora era a situação portuguesa ou europeia a degenerar, ora era a brasileira. Não esperara vir a ser rei, só tendo ascendido à posição de herdeiro da Coroa pela morte do seu irmão mais velho, D. José. Assumiu a regência quando a sua mãe, a rainha D. Maria I de Portugal, foi declarada mentalmente incapaz. Teve de lidar com a constante ingerência nos assuntos do reino de nações mais poderosas, notadamente a Espanha, França e Inglaterra. Obrigado a fugir de Portugal quando as tropas napoleônicas invadiram o país, no Brasil enfrentou revoltas liberais que refletiam acontecimentos similares na Metrópole, sendo compelido a retornar à Europa no meio de novos conflitos. Perdeu o Brasil quando o seu filho D. Pedro proclamou a independência desse território, e viu o seu outro filho, D. Miguel, rebelar-se buscando depô-lo. Provou-se que morreu envenenado. O seu casamento foi da mesma forma acidentado, e a esposa, Carlota Joaquina de Bourbon, repetidas vezes conspirou contra o marido a favor de interesses pessoais ou de Espanha, seu país natal.

Não obstante as atribulações, deixou uma marca duradoura especialmente no Brasil, criando inúmeras instituições e serviços que sedimentaram a autonomia nacional, sendo considerado por muitos pesquisadores o verdadeiro mentor do moderno Estado brasileiro. Apesar disso é, até hoje, um dos personagens mais caricatos da história luso-brasileira, sendo acusado de indolência, falta de tino político e constante indecisão, sendo a sua pessoa retratada amiúde como grotesca, uma imagem injusta, segundo a historiografia mais recente.”

IX- Gaspar de Lemos: “Gaspar de Lemos foi um navegador português do século XVI.

Comandou um dos navios da frota de Pedro Álvares Cabral, que chegou ao Brasil em 22 de abril de 1500.

Diretamente, sabe-se pouco sobre as suas origens. Este fidalgo talvez descenda de família morgada, originária do reino de Galiza, que veio a Portugal no reinado de Afonso IV (1325-1357), que recebeu terras e constituiu morgados sob D. João I.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE INDAIATUBA

*Secretaria Municipal dos Negócios Jurídicos
Departamento de Técnica Legislativa*

Embora as fontes não cite as origens de Gaspar de Lemos, alguns livros portugueses utilizam as armas da família Lemos para ilustrar verbetes sobre ele. Como comandante do navio que transportava mantimentos, foi designado por Cabral para retornar a Portugal, após curta estada em terras de Vera Cruz, levando para D. Manuel I as notícias sobre o descobrimento do que se pensava ser uma ilha. Assim, retornou a Portugal com a carta de Pero Vaz de Caminha, que comunicava ao rei o achamento. Voltou ao Brasil em 1501 numa viagem exploratória das terras continentais recém-descobertas por Vicente Yáñez Pinzón, na companhia, dentre outros, de Américo Vespúcio.

Partiu de Lisboa em 10 de maio de 1501 e voltou a 7 de setembro de 1502. São creditados a esta expedição os seguintes feitos:

- a 1 de Novembro de 1501 , a descoberta da baía que batizou Baía de Todos os Santos;
- a descoberta, em 1 de Janeiro de 1502, da baía da Guanabara, que confundiu com um rio e batizou de Rio de Janeiro;
- Angra dos Reis em 6 de janeiro do mesmo ano;
- a descoberta da ilha de São Vicente, em 22 de janeiro de 1502 .

Alguns autores portugueses atribuem a Gonçalo Coelho essa viagem de 1501/1502 que, no entanto, só partiu de Lisboa em 1503, também acompanhado de Américo Vespúcio. Outras fontes o confundem com Gaspar da Gama, cristão-novo que veio das Índias com Vasco da Gama.”

X- Bartolomeu Dias: “Bartolomeu Dias (ca. 1450 — 29 de maio de 1500) foi um navegador português que ficou célebre por ter sido o primeiro europeu a navegar para além do extremo sul da África, contornando o Cabo da Boa Esperança e chegando ao Oceano Índico a partir do Atlântico, abrindo o caminho marítimo para a Índia.

Dele não se conhecem os antepassados, mas mercês e armas a ele outorgadas passaram a seus descendentes. Seu irmão foi Diogo Dias, também experiente navegador. Há quem o diga descendente de Dinis Dias, escudeiro de D. João I e que como navegador descobrira o Cabo Verde em 1445. Ignora-se onde e quando nasceu, no entanto alguns historiadores sustentam ter ele nascido em Mirandela.

Foi o principal navegador da esquadra de Pedro Álvares Cabral em 1500. As terras do Brasil, até então desconhecidas pelos portugueses, confundiram os navegadores, que pensaram tratar-se de uma ilha, a que deram o nome de “Vera Cruz”.

XI- José Adauto Batista de Araújo, nascido em Maribondo, Alagoas, residiu no município por 07 anos, onde exercia a profissão de encarregado de obras, faleceu em 19 de fevereiro de 2017. Foi casado com Angela Ribeiro Araújo com quem teve os filhos Dalton Bryan Barros Araújo e Davi Ribeiro Araújo. A família orgulha-se de contar que ele sempre foi um cidadão correto, cumpridor dos seus deveres e que tinha a intenção de viver no município.

XII- José da Silva Lisboa: “José da Silva Lisboa, primeiro barão e Visconde de Cairu GCNSC (Salvador, 16 de julho de 1756 — Rio de Janeiro, 20 de agosto de 1835), foi um economista, historiador, jurista, publicista e político brasileiro, ativo na época da Independência do Brasil e creditado pela promoção de importantes reformas econômicas.

Apoiador ardoroso de D. João VI e D. Pedro I, ocupou diversos cargos na administração econômica e política do Brasil após a instalação da corte no Rio de



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE INDAIATUBA

*Secretaria Municipal dos Negócios Jurídicos
Departamento de Técnica Legislativa*

Janeiro, em 1808, incluindo Deputado da Real Junta do Comércio e Desembargador da Casa da Suplicação.

Teve papel importante no incentivo ao ensino de economia política no país, e participou ativamente na redação dos decretos que determinaram a abertura dos portos brasileiros e o fim da proibição de instalação de manufaturas no Brasil.^[1] A sua atitude favorável ao desenvolvimento econômico do Reino Unido do Brasil acabaria por contribuir de forma importante para as condições indispensáveis à independência política do Brasil, em 1822.^[1] Por suas contribuições, o Visconde Cairú figura "com lugar de honra no panteão dos heróis da pátria brasileira".

Filho de um arquiteto português, Henrique da Silva Lisboa, e de Helena Nunes de Jesus. Fez os preparatórios na Bahia desde seus oito anos, estudando Filosofia, música e piano. Concluiu os estudos em Lisboa, pois como o Governo português não permitia universidades na colônia, todos eram obrigados a se formar em Portugal, na Universidade de Coimbra. Ali seguiu os cursos jurídico e filosófico a partir de 1774, formando-se em 1778. Nesse ano, foi nomeado substituto das cadeiras de grego e de hebraico do Colégio das Artes de Coimbra. Bacharel em cânones pela Universidade de Coimbra, onde concluiu os cursos de Filosofia e Medicina. Ainda em Coimbra, bem à moda do século XVIII, estudou hebraico e grego. Em 1778 ainda, foi nomeado professor de filosofia nacional e moral, para a cidade de Salvador, na Bahia, cuja cadeira regeu 19 anos, e a da língua grega, que ali criou, por cinco anos."

XIII- Antonio Bento de Souza e Castro: "Antônio Bento de Souza e Castro (São Paulo, 17 de fevereiro de 1843 — 8 de dezembro de 1898) foi promotor público, juiz e abolicionista brasileiro.

Filho de Daniel Enrique de Souza e Castro e D. Henriqueta Viana, nasceu na residência do casal na rua São José, (hoje rua Libero Badaró, centro velho da cidade de São Paulo).

Matriculou-se na Faculdade de Direito do Largo São Francisco em 1864, formando-se em 1868. Foi promotor público das cidades de Botucatu e Limeira. Juiz na cidade de Atibaia, foi o responsável pela libertação dos escravos negros contrabandeados depois de 1831 para esta cidade.

Voltou a São Paulo em 1877, onde reorganizou a Confraria de Nossa Senhora dos Remédios e em 1880 conhece Luís Gama, negro e líder do movimento emancipador dos escravos na então Província de São Paulo.

Com a morte de Luís Gama em 24 de agosto de 1882, Antônio Bento assume a liderança do movimento abolicionista paulista. Dentre os membros deste movimento podemos citar Macedo Pimentel, Arcanjo Dias Baptista, cônego Guimarães Barroso, Hipólito da Silva, Carlos Garcia, Bueno de Andrada e Muniz de Sousa na Capital da província. No interior e na cidade litorânea de Santos tivemos o major Pinheiro, Santos Garrafão e o negro Quintino de Lacerda.

Trabalhavam até então no arbitramento das leis que garantiam a liberdade aos contrabandeados após a proibição inglesa e na propaganda abolicionista, principalmente nas lojas maçônicas. Antonio Bento pertenceu a Loja Piratininga, ainda existente. Também foi o editor do jornal abolicionista A Redempção, que circulou de 1887 a 1899. Organizou o movimento dos Caifazes, que enviava emissários ao interior da Província de São Paulo para entrar em contato com os escravos das fazendas e lhes incentivarem a fuga e lhes garantir recursos para as viagens e refúgios.

Após a fuga os negros eram acomodados nas casas de Antonio Bento e seus irmãos de ideais. Eram enviados ao quilombo Jabaquara em Santos e de Santos enviados



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE INDAIATUBA

*Secretaria Municipal dos Negócios Jurídicos
Departamento de Técnica Legislativa*

para a Província do Ceará (que já havia decretado a liberdade aos seres humanos da raça negra).

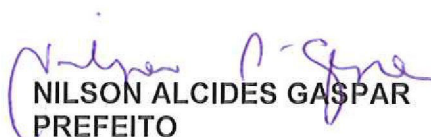
Com o crescimento da consciência de igualdade racial, e cedendo às pressões populares a milícia passou a se recusar a perseguir os negros em fuga. Muitas cidades decretaram antes da Lei Áurea a libertação dos escravos negros. Com isto, Antônio Bento conseguiu que alguns senhores contratassem os negros fugitivos como trabalhadores livres e assalariados, dando início ao retorno destes de Santos.

A atividade dos Caifazes foi tão ativa que no livro da historiadora Maria Helena Petrillo Berardi ('Santo Amaro', 1969) encontramos a declaração de Afonso de Freitas de que em dez anos "não existiria mais escravos em São Paulo".

Ressalta-se que referidas indicações foram aprovadas pela Fundação Pró- Memória de Indaiatuba.

Justificando assim a propositura em apreço, submeto-a a necessária apreciação desse Legislativo, solicitando sua aprovação dentro do prazo de 45 dias, nos termos do § 2º do artigo 64 da Constituição Federal e do artigo 46 da Lei Orgânica do Município de Indaiatuba, por tratar-se de matéria de natureza urgente.

Atenciosamente,


NILSON ALCIDES GASPAR
PREFEITO

EXMO. SR.
HÉLIO ALVES RIBEIRO
D.D. PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE
INDAIATUBA/SP



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE INDAIATUBA

*Secretaria Municipal dos Negócios Jurídicos
Departamento de Técnica Legislativa*

Of. DTL nº16 /2020

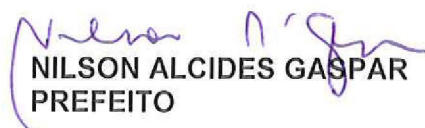
Indaiatuba, 14 de maio de 2020

Exmo. Sr. Presidente,

Tenho a honra de encaminhar por intermédio de Vossa Excelência, a essa Egrégia Câmara Municipal, o incluso Projeto de Lei n.º 16/2020, que **'Dispõe sobre denominação de logradouros públicos do loteamento denominado 'Jardins do Império'**, a fim de que o mesmo seja submetido à apreciação desse Legislativo.

Sem mais, renovo a V. Exa e aos demais Edis que compõem essa seleta Casa de Leis meus agradecimentos, a par com os protestos de apreço e consideração.

Atenciosamente,


NILSON ALCIDES GASPAR
PREFEITO

EXMO. SR.
HÉLIO ALVES RIBEIRO
D.D. PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE
INDAIATUBA/SP